

# MEMÓRIA, HISTÓRIA, SIGNOS, SOCIEDADE E SENTIMENTO: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana de Santana Vieira<sup>1</sup>

## RESUMO

O texto objetiva compreender alguns aspectos da memória ligados a representações e sentidos desse signo construídos ao longo da história. Para construir o caminho teórico-metodológico fundamentado na pesquisa bibliográfica, fundamenta-se nos estudos pensadores dedicados à temática da memória e suas interfaces: Le Goff (1996); Goody (2012); Vernant (1990); Kenski (1995); Halbwachs (1990); Bresciani e Naxara (2004). Os apontamentos indicam a complexidade polissêmica da memória. Tal como sua possibilidade de utilização como instrumento de poder, para evidenciar, celebrar ou silenciar histórias e acontecimentos no decorrer dos tempos.

**Palavras-chave:** Memória. Signos. História. Social.

## ABSTRACT

The text aims to comprise some aspects of the memory connected to representations and senses of this sign formed throughout the history. To mold the theoretical-methodological line founded on the bibliographical research, this text is based on the thinker studies dedicated to the theme that comprehends the memory and its interfaces. Le Goff (1996); Goody (2012); Vernant (1990); Kenski (1995); Halbwachs (1990); Bresciani and Naxara (2004). The notes indicate a polysemic complexity of memory and the possibility of its use as an instrument of power, to evidence, celebrate or silence stories and events in the course of time.

**Key words:** Memory. Signs. History. Social.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra. Professora da rede estadual de ensino. E-mail: tattisantana@yahoo.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Tudo o que viver tem que morrer, e passar para a eternidade.  
(Shakespeare *in* Hamlet)

A busca pelo eterno acompanha a humanidade há tempos imemoriais. Talvez essa possa ser considerada uma das grandes vontades frustradas dos homens. A eternidade não cabe aos indivíduos, pois ela transcende o tempo humano, já anunciou Santo Agostinho. Cada homem e mulher tem um tempo delimitado entre seu nascimento e sua inevitável morte, como afirma Shakespeare.

Não restrita ao estudo do passado, como ainda perdura a representação errônea sobre o objetivo da História, desde o início do século XX, os historiadores prosseguem com a assertiva de Bloch (2001) sobre ser o seu ofício: estudar os homens, enquanto ser social, e suas relações no tempo (passado, presente, futuro). Para isso, utilizam instrumentos teórico-metodológicos para auxiliar nessa tarefa. A chave está nos vestígios produzidos ao longo dos tempos, dessa forma, tudo o que os seres humanos produzem são documentos históricos: da arte à literatura, de documentos oficiais à relatos orais, os ecos da produção humana constituem as memórias históricas.

Existem muitos caminhos que podem ser trilhados a partir da memória. É um campo polissêmico que interessa a diversas áreas do conhecimento: Medicina, Psicologia, Literatura, Tecnologia, História, Sociologia, artes, entre outros, conferem à categoria memória uma conceituação própria e um sentido particular.

Na perspectiva das ciências humanas, os dois campos mais amplos dos estudos memorialísticos sugerem uma memória individual e uma memória coletiva (KENSKI, 1994). O prisma da memória que se desenvolverá no presente texto é o da memória coletiva em sua interseção com a História. Esse horizonte contribui com a seleção de um apoio teórico que será o alicerce da temática. Faz-se *mister* sublinhar que esse posicionamento não desconsidera a vertente de estudos sobre a memória individual e tantas outras possibilidades de análise conceitual sobre ela, longe disso, se ressalta a importância dos estudos sobre temática com o propósito de recorrer a versões do passado que auxiliem na interpretação no presente, por meios de alguns signos da memória.

Uma definição simples do termo signo o descreve como “elemento que designa ou indica outro” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001). Todavia, signo, segundo Saussure (s/d), na Linguística é conceituado de forma dicotômica como uma entidade psíquica constituída por um conceito (significado) e por uma imagem acústica (significante). Saussure (s/d, p. 81) exemplifica a noção de signo da seguinte forma:

Chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica: mas, no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas, por exemplo, uma palavra (*arbor* etc.). Esquece-se que se chamamos a *arbor* signo, é somente porque exprime o conceito “árvore”, de tal maneira que a ideia da parte sensorial implica a da total.

O signo apresenta dois princípios: primeiro, a arbitrariedade, nessa perspectiva o signo total é resultado da associação de um significante com um significado; segundo: o caráter linear do significante, no qual o significante é de natureza auditiva e se desenvolve no tempo e desse modo, é linear. Saussure compreende ainda que a linguagem, enquanto um sistema de signos fornece ao indivíduo uma memória linguística.

Nesse sentido, buscou-se como objetivo neste artigo compreender alguns aspectos da memória ligados a representações e sentidos desse signo construídos ao longo da história. Para construir o caminho teórico-metodológico fundamentado na pesquisa bibliográfica tomou-se como os estudos pensadores dedicados à temática da memória e suas interfaces: Le Goff (1996); Goody (2012); Vernant (1990); Kenski (1995); Halbwachs (1990); e Bresciani e Naxara (2004).

## **2 OS SIGNOS DA MEMÓRIA**

### **2.1 O SIGNO HISTÓRICO DA MEMÓRIA**

O celebre historiador Frances Jacques Le Goff (1996) concebe a História como a forma científica da memória coletiva. Essa tese é desenvolvida em uma das obras marcantes da historiografia mundial intitulada “História e Memória” (1996). No citado livro, o historiador apresenta o conceito de memória como:

Propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 423).

Observa também o historiador que o estudo da memória pode ser realizado a partir de diversas áreas do conhecimento. Estas áreas conduzem à observação dos aspectos mnemológicos a partir dos fenômenos biológicos, psicológicos, linguísticos e sociais. Do ponto de vista biológico a memória está relacionada à cognição e à organização do sistema nervoso central dos seres humanos. Mas pode ser observada ainda de outros ângulos, nos quais poderiam ser destacados seu comportamento narrativo e comunicativo ou ainda, tomar como ponto inicial a sua preponderante função social.

Le Goff opta por trabalhar a memória em sua relação com as Ciências Humanas, especificamente com a História e com a Antropologia. Seus estudos auxiliam a compreender a (re)construção da categoria memória no decorrer de períodos históricos, especificamente no mundo ocidental (notadamente a Europa).

Nessa direção, de acordo com Le Goff (1996) a “memória étnica” designa os povos sem escrita. Entre esses, a atividade mnésica (memorizar) é constante nos povos de cultura oral. Nesses povos a memória coletiva é cristalizada nos mitos fundadores que conferem sustentação à existência das etnias ou famílias. As sociedades sem escritas têm a figura dos especialistas da memória - historiadores da corte, guardiões dos códices reais - pessoas atuam como uma espécie de genealogistas, seus homens-memória. Todavia chefes de família - idosos, bardos e sacerdotes - também cumprem uma função de destaque no meio: guardar a memória e manter a coesão do grupo.

O antropólogo Jack Goody (2012) destaca as diferenças da tradição oral e da tradição escrita, sublinhando que uma não é superior à outra, mas são modos de linguagem diferentes. Embora, incorretamente, as características da sociedade letrada sejam impostas à sociedade iletrada.

Na discussão desenvolvida por Goody (2012) há uma relação entre memória, o *lecto-oral* (palavra falada) e a palavra escrita. De acordo com o autor nas comunidades orais a memória era um recurso para reprodução da literatura produzida, nessa conjuntura a autoria era pouco importante e o recitador poderia introduzir variações próprias ao texto. Nesse sentido, os gêneros orais como a epopeia, o conto popular, a canção e o mito puderam ser reelaborados, transmitidos a outros povos e caminhado pelo tempo para outros para outros períodos.

A memorização nas sociedades orais, geralmente, não ocorre pelo processo de decorar palavra por palavra de uma história, o mais importante é a reconstrução generativa, por isso, podem-se ter versões variadas de um mesmo acontecimento, de um mito. São práticas de memorização mais livres e criativas, sendo a principal delas o canto. Le Goff (1996, p. 430) formula um questionamento sobre a relação com a memória coletiva entre os povos de cultura oral:

Transmissão de conhecimentos considerados como secretos, vontade de manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva; não estarão aqui duas das principais razões da vitalidade da memória coletiva nas sociedades sem escrita?

O pesquisador exemplifica sua reflexão com um texto de César intitulado “*De Bello Gallico*”, onde o imperador romano observou que os druidas gauleses aprendiam de cor e rejeitavam o uso da escrita para transmissão de seus conhecimentos para que sua doutrina não fosse divulgada e para que a memória não fosse negligenciada confiando na escrita.

Para Goody (2012) desenvolvimento da escrita possibilitou à tradição oral incorporar a ideia de autoria e originalidade aos textos produzidos, como os de Homero e Vedas. Com ela também foram desenvolvidas técnicas mnemônicas e artifícios para auxiliar a memória, uma vez que a reprodução (mesmo pela oralidade, como a ocorria na declamação, na recitação e no canto) carecia de uma técnica específica para manter o texto oralizado fiel ao texto escrito. Assim, a observação de Goody (2012, p. 45) de que: “no momento exato na história em que a escrita nos permite descartar a memória verbal como um meio de lembrar essas obras, o papel dessa memória é, na verdade acentuado [...]”, tem sentido, pois não se pode questionar que a escrita realizou uma profunda transformação na memória coletiva.

Le Goff afirmou com veemência: “entre os gregos, da mesma forma que a memória se vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem substituir a memória coletiva, transformando-a, mas sem a destruir” (LE GOFF, 1996, p. 436). A escrita potencializou o desenvolvimento de duas formas de memória:

1. *Comemoração* – celebração em torno de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável (obelisco, estelas).
2. *Documento escrito* – possui duas funções: armazenamento de informações; permite reexaminar frases e palavras. É a passagem da esfera auditiva à visual.

Seja para comemorar ou documentar, as grandes sociedades civilizaram primeiro a memória escrita no calendário e nas distâncias com ênfase na religião, na história e na geografia, ou seja, a memória servia como instrumento e objeto de poder exercido por um grupo dominante.

Dentre essas sociedades a Grécia merece um olhar especial devido à forte influência exercida sobre o mundo ocidental ao longo da história. Vernant (1990) tece a relação entre filosofia e memória no contexto da Antiguidade Clássica, com mais precisão na civilização grega, berço do pensamento filosófico ocidental, onde a memória teve uma forte representação mítico-religiosa.

Na mitologia grega a divindade *Mnemosine* (memória) apresenta uma categoria psicológica muito complexa e importante na sociedade grega, por muito tempo marcada pela tradição oral. O poder de lembrar os feitos e acontecimentos adquire uma função essencial para a construção das identidades dos povos gregos, por meio de suas narrativas míticas orais e escritas.

Deusa titã, mãe das nove musas, *Mnemosine* presidiu uma função poética ao ser interpretada por Hesíodo e Homero, entre outros poetas. Esses possuídos pelas musas (as nove filhas da deusa: Clio [História], Euterpe [Música], Tália [Comédia], Melpômene [Tragédia], Terpsicore [Dança], Erato [Elegia], Polínia [Poesia Lírica], Urânia [Astronomia] e Calíope [Eloquência]) que lhes conferia o dom de vidência sobre o passado o futuro, em uma espécie de onisciência. Essa relação permite decifrar o passado coletivo como fonte do presente, uma vez que voltando ao passado, não se procurava situar os acontecimentos em um quadro temporal, “mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmo e que permite compreender o devir em seu conjunto” (VERNANT, 1990, p. 112). Desse modo, a narração do tempo pelas musas não seguia uma cronologia, mas genealogias.

O encontro com os mitos escatológicos<sup>2</sup> gerou transformações no sentido de memória para os gregos, uma vez que introduziu uma ligação com a história mítica dos

---

<sup>2</sup> De acordo com Le Goff (1996. p. 325): “o termo ‘escatologia’ designa a doutrina dos fins últimos, isto é, o corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo. Tem origem no termo grego, geralmente empregado no plural *tá escháta* ‘as últimas coisas’ (cf. Althaus, 1922; Guardini, 1949). [...] Nos textos dogmáticos gregos é usado como adjetivo, referindo-se a termos que designam o tempo *eschatai mnerai* ‘os últimos dias’, *eschátos Krónos* ‘o último tempo’, *eschaté hóra* ‘a última hora’ (cf. Kitell, 1931, pp. 694-95)”.

indivíduos. Desse modo, as reflexões escatológicas giravam em torno dos problemas do tempo e da alma e usavam a revelação como meio para atingir o fim dos tempos e findar o ciclo de reencarnação em uma tentativa de tornar-se deus.

No Pitagorismo<sup>3</sup> houve uma substituição do tempo cíclico por um tempo acabado e realizado, esse é um tempo reconquistado que une começo e fim de modo que o exercício da memória tornou-se a conquista da salvação e libertação com respeito à morte e ao devir. Na relação com a memória, o tempo é um elemento importante e, entre as diversas formas manifestação, o tempo *chronos* apresentou um sentido de unidade e permanência e represente a origem do cosmo. Aliado a ele estava o tempo que não envelhece, imortal e imperecível.

As dissonantes representações do tempo e as inquietudes por elas suscitadas contribuíram para uma melhor compreensão sobre o significado e importância do exercício da memória. Nesse contexto, a memória no mito não representava uma consciência ou interesse pelo passado, tampouco a exploração do tempo humano, mas constituía uma tentativa de reintegração do tempo humano na periodicidade cósmica e na eternidade do tempo divino. Era uma forma diferente de compreender a memória, uma vez que essa correspondia a fins diversos dos atuais. Os gregos exaltavam na memória a fonte do saber, da onisciência ou um instrumento de liberação sobre o tempo, no sentido de que a saída do tempo proporcionaria a união com o divino, por isso os métodos de rememoração eram praticados em situações particulares como em cultos de seitas religiosas ou filosóficas.

Em Platão e Aristóteles a memória seria um componente da alma e se manifestaria em sua parte sensível. A representação da memória por meio do mito foi importante para que mais tarde ela fosse repensada pela reflexão filosófica. Nas confrarias filosóficas o exercício da memória significava a busca intelectual pelo mais completo saber, assim como a vitória sobre o tempo e a morte (LE GOFF, 1996).

Platão em “A República” fez alusão ao rio Ameles, no qual as almas bebem de suas águas e perdem as recordações das vidas anteriores. Com isso poderiam reencarnar

---

<sup>3</sup> O Pitagorismo foi uma doutrina fundada pelo filósofo e matemático grego Pitágoras (séc. VI a.C.) no Período Clássico. A tendência semirreligiosa desta doutrina possui um caráter místico e espiritualista, com a crença na metempsicose (migração das almas de corpo em corpo, ou seja, a reencarnação), e com a crença no número como representante de toda realidade, que em essência é matemática (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

desposuídas das lembranças e conhecimentos que tinham. Não entrar no rio significaria optar pela imortalidade, pelas lembranças e conhecimentos imemoriais. Sob esta perspectiva, a memória estaria ligada à imortalidade e ao divino.

Aristóteles contribuiu sobremaneira para a dessacralização da memória e sua inclusão no tempo. Outro personagem de destaque na dessacralização e, além disso, para a acentuação do caráter técnico-profissional da memória, foi o poeta Simônides de Ceós. Ele elaborou sistema de auxílios mnemônicos (mnemotécnica) no qual realizou a distinção entre os lugares da memória (onde se dispõem os objetos da memória) e as imagens, formas traços, características e símbolos que permitem a recordação. Outrossim, apresentou dois princípios da memória artificial: a lembrança das imagens e recurso de organização.

Além da filosofia grega, outros elementos da Antiguidade Clássica também foram importantes para a instituição da forte relevância da memória (e da História) na civilização ocidental. Dentre eles, a cultura judaico-cristã, e de modo particular, o cristianismo. Marc Bloch (2001, p. 42) assim afirmara: “o cristianismo é uma religião de historiador”, pois os fatos narrados nos Livros Sagrados não são fundamentados em mitologias exteriores ao mundo humano, ao contrário, narram os acontecimentos terrestres da vida de Deus. Nesse sentido, os Livros do Novo Testamento constituem-se também em livros históricos.

Além disso, o Novo Testamento é composto por um conjunto de Livros que apresentam, a partir da perspectiva de diversos narradores<sup>4</sup>, a experiência vivida por um personagem. Esses textos tecem a vida de Cristo entrelaçando os elementos de sua santidade com os de sua humanidade. O fragmento a seguir observa a historicidade do Nazareno situando sua idade e evocando sua genealogia: “e este mesmo Jesus estava como que começando os trinta anos sendo [como se cuidava] filho de José, e José de Heli [...]” (LC, 3: 23). O tempo presente (a idade de Jesus) e a tradição familiar à qual ele pertence (a lembrança de seus antepassados) inserem Cristo como um homem no tempo, um sujeito histórico.

---

<sup>4</sup> O termo narradores, neste caso expressa o sentido concebido por Benjamim (1994) ao atribuir à narração o status de arte e faculdade de intercambiar experiências e construir a imagem do narrador como personagem que rememora e transmite essas experiências. Na perspectiva benjaminiana o narrador não está mais presente entre nós, pois a arte de narrar estaria em extinção.

Em outra passagem do referido Livro de Lucas é retratada a experiência sagrada da transmutação do pão na Santa Ceia. O texto descreve: “e, tomando o pão, e havendo dado graças, partiu-o, e deu-lho, dizendo: ‘isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim’” (LC, 22: 19). Como se lê, Jesus relaciona o divino e o secular no instante em que Ele transfere para um objeto (o pão) o santo (seu corpo), e, além disso, possibilita que os demais homens possam reproduzir este ato simbólico em sua rememoração (faça isto em memória de mim).

A preocupação com a preservação dos acontecimentos da vida de Cristo por meio da palavra escrita, em um contexto onde prevalecia a tradição oral, indica o cuidado em preservar a memória dos fatos e contribuiu sobremaneira, posteriormente, para a consolidação e expansão do cristianismo.

Durante o Período Medieval houve uma forte influência do cristianismo na memória coletiva. A Igreja dicotomizou a memória em memória litúrgica e memória laica: passagens do Novo Testamento alimentavam um sentido escatológico à memória; os ex-votos conservam a memória dos milagres; a criação do purgatório no século XII também teve papel de destaque nessa relação, além de introduzir a memória na definição dos mortos (iria para o céu quem a família e amigos ainda vivos fizessem orações e doações). Para além do ponto de vista religioso, a sociedade medieval venerava as pessoas mais velhas, elas eram chamadas de homens-memória; a escola também constituía um local de destaque, pois se valorizava o processo de decorar nos métodos de aprendizagem (LE GOFF, 1996).

O desenvolvimento tecnológico também deve ser realçado. Nesse processo a criação da imprensa no século XVI desencadeou uma revolução na memória. A imprensa contribuiu para o desaparecimento de obras e formas literárias, assim como para o (re)surgimento de outras, como o romance, por exemplo.

Nesse contexto (criação e difusão da imprensa) de ampliação de obras escritas em formato de livros e, por conseguinte, do número de leitores, a memória continuaria a ser evocada pelos poetas nas epopeias, gênero literário de suma importância para a construção da ideia de Estado Nacional e para a escrita das línguas, como o português. As narrativas escritas conferiram aos poetas a alcunha de autores. Diferente das narrativas orais, nas quais o anonimato da autoria se fazia presente e o verso falado ou cantado ecoado pelos poetas e trovadores eram incorporados na

tradição popular e tornavam-se domínio público. No caso português, o épico “Os Lusíadas” de Luís de Camões (1975, p. 123) descreve em versos como a memória seria importante na divulgação dos feitos lusitanos:

As Estrelas, e o sol der lume ao mundo,  
Onde quer que eu viver, com fama e glória  
Viverão teus louvores em memória.

Camões foi a força maior da expressão memorialística portuguesa classicista, unindo a narrativa mitológica e maravilhosa aos fatos históricos e conhecimento das línguas latina e portuguesa. O poeta construiu sua versão da formação do reino de Portugal que seria celebrada na memória daquele povo e de todos que lessem a obra, hoje um clássico.

Nos séculos subsequentes os dicionários e as enciclopédias intensificaram a fragmentação do pensamento. Outra revolução foi marcada pela fotografia a partir do século XIX, uma vez que ela contribuiu sobremaneira para a multiplicação e democratização da memória por meio de registros visuais nunca antes atingidos, permitindo guardar a memória e o tempo em uma imagem (LE GOFF, 1996).

No século XX tivemos outro marco revolucionário para a memória artificial, o computador. Além de ampliar o sentido de memória eletrônica possibilitou uma verdadeira revolução documental influenciando diretamente o trabalho do historiador com as fontes.

Nosso esforço inicial em compreender o desenvolvimento histórico da categoria memória em sua amplitude e transformações pelas quais passou nos desvela o papel fundamente dessa para a compreensão histórica, conforme escreveu Le Goff em sua notável reflexão:

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta faria em função da presença ou da ausência da *escrita* e é objeto de atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo. As direções atuais da memória estão pois, fundamentalmente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso de máquinas e instrumentos, cada vez mais complexos (LE GOFF, 1996, p. 483).

A análise de Le Goff apresenta a categoria memória em sua historicidade, ou seja, um termo que adquire diversos sentidos de acordo com determinado período histórico ou

como acrescentaria Kenski (1995) com os sentidos (mitológico, individual, social, cultural ficcional, tecnológico e virtual) que ele possibilita.

Os avanços dos estudos sobre memória no que tange à metodologia, incluindo a pesquisa documental e a história oral, contribuem para a ampliação dos lugares de memória ao utilizar as narrativas como documentos/monumentos tão importantes quanto as fontes materiais. Cabe ao pesquisador o trabalho investigativo de trabalhar com essas fontes, interrogando-as e utilizando outros instrumentos de seu ofício.

## 2.2 O SIGNO SOCIAL DA MEMÓRIA

Os estudos de memória, em particular a coletiva, têm como um dos mais notáveis representantes Halbwachs. O sociólogo francês tece contribuições para o campo em questão ao discorrer sobre alguns temas que envolvem a temática memorialística. Muitas teses já foram elaboradas após a publicação do livro “ memória coletiva” (a primeira edição data de 1950), algumas reafirmando e outras questionando a teoria de Halbwachs. Contudo, esse movimento só endossa o lugar do autor como um clássico dos estudos sobre a memória.

‘A memória coletiva’ (1990) foi escrita no estilo de ensaio e entrecruza fundamentação teórica com literatura e experiências da vida do autor para exemplificação das concepções teóricas desenvolvidas. Halbwachs utiliza a perspectiva dicotômica para desenvolver uma análise sobre a memória, com isso recorre a outras categorias para subsidiar o conceito central de sua obra: memória coletiva. Uma possibilidade de compreensão da metodologia do autor seria a ideia de que uma categoria é elaborada na relação que faz com outras, uma argumentação muito pertinente à proposta, uma vez que as ideias sobre coletividade e social envolvem uma relação com o meio. Dessa forma, o autor busca nas relações, as aproximações e os distanciamentos entre as categorias binárias: memória e história; memória individual e memória coletiva; memória e tempo e; memória e espaço.

No entendimento de Halbwachs (1990) há duas formas de se organizar as lembranças: uma individual e outra coletiva. De um lado, é no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar lugar suas lembranças:

aquelas que lhe são comuns com outras não seriam consideradas por ele a não ser sob o aspecto que lhe interessa, na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo (HALBWACHS, 1990).

Assim, os indivíduos participam das duas maneiras pelas quais a memória se manifesta (individual e coletiva). Tais formas de memória, embora contrárias, se penetram e uma pode se apoiar na outra para evocar ou confirmar uma lembrança, nesse jogo, a memória individual, ao beber na fonte da memória coletiva pode, em alguns momentos, se confundir com esta. Entretanto, isso não ocorre com a memória coletiva, regida por leis próprias, não se confunde com a memória individual.

Além disso, a memória coletiva também não se confunde com a História, pois está ligada a um determinado grupo social, enquanto a história “é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” (HALBWACHS, 1990, p. 80) e pretensiosamente objetiva conhecer os acontecimentos universais no gênero humano. A memória coletiva se utiliza dos fatos e das anotações históricas, pois está inserida neles, mas sua intenção volta-se para uma determinada realidade no tempo e no espaço de um grupo. Com essa compreensão:

É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos que não têm importância senão para elas, mas que interessam tanto mais que seus membros, que são pouco numerosos (HALBWACHS, 1990, p. 79-80).

A memória coletiva se distingue da História pelo fato de ser uma corrente de pensamento contínuo, uma vez que retém do passado o que está vivo ou na consciência de um grupo e por não se afastar dos limites desse. O limite da memória é o desaparecimento dos grupos e indivíduos que guardavam as lembranças. Contudo, basta que ela se conserve em um pequeno espaço para que possa ser encontrada. Nessa relação, a escrita assume uma grande importância, uma vez que “as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

Outra distinção elaborada pelo autor situa a pluralidade da memória e a singularidade da História. Nessa direção, afirma a existência de muitas memórias coletivas e nega uma memória universal. Em contrapartida, a noção de História se sustenta na objetividade e imparcialidade, a ideia é a das grandes abordagens e críticas a

correntes históricas que se prendem aos estudos especializados e que tomam o exemplo pelo todo, na contramão das correntes historiográficas em ascensão no período. Desse modo, sua posição se enquadraria nas chamadas grandes narrativas históricas ou metanarrativas. A divisão aceita por Halbwachs restringe-se aos estudos dos Estados, de modo que uma História da França, da Inglaterra, etc. seriam consideradas, pois estariam relacionadas a uma totalidade, isto posto “o mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais” (HALBWACHS, 1990, p. 85).

No que tange à discussão sobre o tempo, vale destacar algumas problematizações de Halbwachs. O tempo tem uma dimensão social, mas também passa pela dimensão afetiva que o indivíduo estabelece com ele, onde a duração (rápida ou lenta), nem sempre corresponde à marcação cronológica. Nessa ótica, os sujeitos devem resignar-se, pois há uma ordem necessária ao desenvolvimento dos fenômenos sejam eles de natureza natural ou orgânica. Assim como, as divisões temporais são organizadas por uma convenção e costumes da vida social.

Cada grupo elabora uma representação de tempo própria, no entanto a repercussão de um acontecimento de outro grupo pode penetrar nas representações de outro, e essa repercussão (imposta ou incorporada) contribui com a criação de um tempo comum. Esse processo ocorreu na convenção da orientação da temporalidade cristão-judaica ocidental, na contagem dos séculos e nos fatos marcantes. A noção de tempo remonta aos feitos memoráveis e notáveis das localidades, com o desenvolvimento das nações e a ampliação do conhecimento das sociedades nas diversas regiões do planeta essa relação se torna mais complexa e demonstra que o inverso também pode ocorrer, em um processo de colonização, por exemplo. Essa seria uma perspectiva de tempo universal. O tempo histórico, por sua vez, se desenvolve em uma ordem cronológica, de duração artificial, onde:

Se conseguimos nos apresentar um quadro sincrônico onde todos os acontecimentos, em qualquer lugar onde tenham se produzido, estejam próximos é, sem dúvida, porque os desligamos dos meios que os situavam em seu próprio tempo, quer dizer, que fazemos a abstração do tempo real onde estavam situados (HALBWACHS, 1990, p. 107).

Cabe destacar também que a noção do tempo pode diferir de um grupo para outro, conforme suas tradições e necessidades. No entanto, a sensação de duração do tempo não altera o seu curso no sentido macro. Em outras palavras, embora um

recorte temporal possa ser sentido como lento para um grupo e como muito veloz para outro, o período percorrido (na duração cronológica) será o mesmo para cada um deles.

A memória se desloca pelo tempo - passado, presente, futuro. Nesse movimento ela se apoia nas pessoas para conhecer seus relatos sobre os fatos do passado por elas conservados. Quando isso não é possível, recorre aos documentos para efetivação dessa tarefa. Alguns desses objetos circularam entre o grupo ou período no qual a memória busca em quadros, fotografias, imóveis, escritos, etc. as marcas de um grupo. O lugar recebe a marca de um grupo, assim como um grupo recebe a marca do lugar. Nessa direção, a memória coletiva se desenvolve em um espaço (em seu sentido físico, mas também em perspectivas mais amplas como a jurídica, a econômica, a religiosa).

### 2.3 O SIGNO (RE)SENTIDO DA MEMÓRIA

Alguns estudos destacam também os entrelaçamentos entre memória e sentimentos. No Brasil, o livro organizado por Bresciani e Naxara (2004) traz uma coletânea de textos sobre essa temática.

Pierre Nora (apud SEIXAS, 2004) provoca o campo historiográfico ao afirmar que a memória é a tradição vivida, espontânea e afetiva enquanto a História é constituição intelectual que problematiza, analisa e explica os fatos. A História criou a memória historicizada, tornando-a sua prisioneira, seu objeto e sua trama (SEIXAS, 2004).

A temática memória e ressentimentos merece atenção especialmente no atual contexto, onde diversos grupos reivindicam identidades, territórios, posições sociais tendo como um de seus instrumentos memórias coletivas.

Na comemoração dos 500 anos do Brasil, por exemplo, houve uma experiência marcante. A memória dos excluídos fora mantida à margem das comemorações oficiais da celebração da colonização portuguesa na América. Os grupos excluídos (sem-terras, indígenas, negros, mulheres, dentre outros) ampliaram a discussão sobre a não participação nos eventos para o (não) reconhecimento social e da cidadania (SEIXAS, 2004). Este é um dos exemplos possíveis dentre outros, por onde

ressentimentos podem ser manifestos de forma violenta (talvez seja uma abordagem possível aos recentes ataques terroristas na Europa).

Os ressentimentos são moldados por costumes, atitudes e linguagens podendo permitir e até encorajar a violência (ANSART, 2004). Nesse caminho Seixas (2004) retoma a contribuição de Henri Bergson. Segundo o filósofo, a memória tem ações interessadas e carrega um atributo ético que induz condutas individuais e coletivas.

### **3 CONCLUSÃO**

A polissemia do conceito de memória amplia as possibilidades de analisá-la a partir de diversas abordagens. Uma vez amplo, é também difuso e complexo. No âmbito deste texto foram apresentados apontamentos iniciais da memória sob os signos histórico, social e sentimental, como um convite a reflexão sobre a temática.

Do ponto de vista histórico é possível compreender a forte influência da memória na contribuição das sociedades, orais e escritas. Seja na mitologia, na religião, nas artes ou na tradição, a memória perpassa diversos tempos-espacos históricos. Nessa direção, a memória é um objeto caro à História para compreensão das ações humanas no tempo histórico.

Instrumento de poder, a memória é utilizada por grupos para evidenciar, celebrar, tal como para silenciar; pode ser observada pelo viés individual ou coletivo; sob a perspectiva social ou sentimental. No movimento entre o que se quer lembrar e esquecer, em tempos de afirmação de identidades coletivas e defesa de territórios reais e simbólicos, a memória impulsiona a emergência de acontecimentos e grupos silenciados, esquecidos.

Retomando Shakespeare, a eternidade está além da temporalidade histórica e humana. Na memória histórica é concebível possível interpretar os vestígios das ações de homens e mulheres em seus tempos.

### **4 REFERÊNCIAS**

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 15-37.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1)

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: edição pastoral. São Paulo: PAULUS, 1990.

BLOC, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 2001.

CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**. Porto: Porto Editora, 1975.

GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Cetauro, 1990.

KENSKI, Vani Moreira. Memória e ensino. In: **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 90, p. 45-51, ago., 1994.

KENSKI, Vani Moreira. Sobre o conceito de memória. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 9 ed. Campinas/SP: Papirus, 1995 (Coleção Práxis), p. 137-159.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Trad. Bernardo Leitão [et. al.] Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 9. ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 37-58.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**: o príncipe da Dinamarca. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.